

# A política econômica vista do Exterior

Econ - Brazil

O esforço que vem sendo realizado pelo País, desde fins de 1980, para melhorar o balanço de pagamentos, em um mundo marcado pela estagnação do comércio internacional e pelos efeitos perversos da brutal alta das taxas de juros, começa a merecer o reconhecimento de empresários, autoridades e analistas dos países industrializados, os quais não escondem a sua simpatia pelo Brasil e elogiam a racionalidade das políticas adotadas para enfrentar um quadro econômico mundial amplamente desfavorável.

Exemplo dessa atitude que, felizmente, se torna cada vez mais difundida nas nações industrializadas é a análise da situação brasileira feita pelo semanário inglês *The Economist*, que comenta a caminhada do País para a democracia e ressalta o acerto das políticas econômicas seguidas pelas autoridades do setor.

Para o semanário, "nos últimos dois anos, o Brasil fez tudo o que pôde para colocar suas finanças externas em ordem. Mais cedo que outros países latino-americanos, antecipou os efeitos da ausência de cres-

cimento e das elevadas taxas de juros no mundo industrializado". Em virtude dessa antecipação e com base em políticas que podem ter sido sugeridas pelo Fundo Monetário Internacional, o governo brasileiro agiu. As taxas de juros foram liberalizadas, o déficit orçamentário, reduzido e o cruzeiro continuou a sofrer pequenas desvalorizações para manter o poder de competição dos agricultores brasileiros e da indústria.

"Esta autodisciplina — afirma *The Economist* — é dolorosa", lembrando que, depois de ter crescido a uma taxa de 7,9% em 1980, o Produto Interno Bruto brasileiro caiu cerca de 2% no ano passado, em um aperto deliberado com o objetivo de produzir grande superávit comercial, o que foi efetivamente conseguido.

Ainda em 81, destaca o semanário, quando o comércio internacional não apresentou crescimento, o volume de exportações do País aumentou 20%, ao passo que o volume de importações caiu 10%. Graças a essa política, o déficit comercial de US\$ 2,8 bilhões, em 1980, transformou-se em um superávit de US\$ 1,2 bilhão,

em 1981. No entanto, esse bom desempenho da balança comercial foi anulado pela elevação das taxas de juros, que provocou o aumento da conta de juros de US\$ 6,3 bilhões, em 1980, para US\$ 9,2 bilhões em 81.

Atingido pelo impacto dos juros altos, o Brasil precisou endividar-se mais, da mesma forma que outros grandes devedores da América Latina, como o México e a Argentina. Porém, o Brasil pagou spreads acima de 2% para obter empréstimos a prazos de sete a oito anos, enquanto outros países, que pagaram menos, foram obrigados a tomar mais empréstimos a prazos mais curtos. Esse comportamento brasileiro, segundo *The Economist*, mereceu elogios dos banqueiros, mas deixou o País praticamente sem a possibilidade de obter vantagens com uma eventual re-negociação da dívida externa.

Contudo, o Brasil enfrenta agora uma alta conta de juros e precisa de apoio a longo prazo, uma vez que, diz o semanário, sua estratégia é de longo prazo, conforme demonstra a programação aprovada para o setor ex-

terior em 83, que, apesar de estabelecer uma meta superestimada para as exportações, fixa o teto de US\$ 10,6 bilhões para os empréstimos externos, dos quais US\$ 7,2 bilhões serão destinados ao pagamento de empréstimos anteriores. O programa também estabelece um superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial e uma redução do déficit do setor público de 5,7% do PIB para 2,5%, em 83. ("Nenhum governo poderia despertar a expectativa de fazer mais, principalmente um que começa a ouvir as esperanças e temores de seu eleitorado", comenta o semanário.)

De onde virão os US\$ 10,6 bilhões pretendidos pelo Brasil? — pergunta o autor da análise. Os políticos, afirma ele, prefeririam continuar tomando empréstimos dos bancos comerciais, sem exigências, mas estas também têm as suas vantagens. Usado de forma inteligente, um empréstimo do FMI poderia aumentar o prestígio do Brasil, que até mesmo não precisaria alterar substancialmente suas políticas, com exceção dos desmedidos subsídios a algumas indústrias estatais e à agricultura.